

ESP-GABINETE DO GOV CASA MILITAR

Estudo Técnico Preliminar 110/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 003.00004215/2025-81

2. Descrição da necessidade

2.1. Considerando a necessidade de aquisição e fornecimento de rolos de lona plástica, em razão da necessidade de composição dos kits de chuvas de verão e da reposição dos estoques estratégicos de materiais de ajuda humanitária da Defesa Civil do Estado de São Paulo, destinados ao fornecimento suplementar aos municípios atingidos por desastres naturais, em razão das atribuições legais conferidas ao Secretário-Chefe da Casa Militar, enquanto Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, ao qual compete a liberação de recursos materiais, humanos e financeiros necessários para o atendimento das atividades de defesa civil (inciso XI do artigo 10 do Decreto Estadual nº 64.592, de 15NOV19).

2.2. Considerando que os eventos climáticos adversos, especialmente os períodos de fortes chuvas e tempestades sazonais, têm ocorrido com maior frequência e intensidade em diversos municípios paulistas, afetando diretamente centenas de pessoas e ocasionando prejuízos materiais e estruturais, reforça-se a importância das ações preventivas e de resposta imediata executadas pela Defesa Civil do Estado.

2.3. Nesse contexto, diversos municípios têm enfrentado situações críticas decorrentes de deslizamentos de terra, alagamentos e destelhamentos de residências, o que expõe inúmeras famílias a riscos e vulnerabilidades, exigindo pronta intervenção do Estado para minimizar os impactos sociais e ambientais.

2.4. Diante do exposto, torna-se necessária a aquisição de rolos de lona plástica, materiais amplamente utilizados pela Defesa Civil para prevenir e conter a evolução de áreas de risco, bem como para atendimento emergencial de residências destelhadas ou comprometidas pelas chuvas, garantindo abrigo temporário, proteção e suporte às populações afetadas.

2.5. O presente documento constitui o ato motivador para a abertura de processo licitatório, por meio de Ata de Registro de Preços, visando à aquisição dos materiais de com características comuns de mercado.

2.6. Compete, ainda, à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, providenciar, de forma suplementar, quando solicitada, a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastres, realizando o fornecimento aos municípios (inciso VII do artigo 8 do Decreto Estadual nº 64.592, de 15NOV19).

2.7. Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, utilizando o Sistema ETP Digital disponível no Portal de Compras do Governo Federal e o respectivo Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado.

2.8. A natureza do objeto deste ETP, dadas as suas características, enquadra-se na categoria de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Resposta	Cap PM Thais Cipolla

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Buscando solucionar a necessidade ao enfrentamento dos eventos climáticos adversos, especialmente os períodos de fortes chuvas e tempestades sazonais, uma das medidas mais viável a ser adotada pela Administração Pública, será a aquisição de rolos de lona plástica, visando o fornecimento aos municípios paulista, para prevenir e conter a evolução de áreas de risco, bem como para atendimento emergencial de residências destelhadas ou comprometidas pelas chuvas .

4.2. A empresa contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o produto no quantitativo solicitado no seguinte endereço: Avenida Marechal Mário Guedes, 301, no bairro de Jaguaré, São Paulo.

4.3. Da Entrega do Material

4.4. O prazo de entrega dos bens serão contados da data de emissão da Nota de Empenho, conforme descritos abaixo:

4.4.1. Prazo de entrega 15 (quinze) dias corridos;

4.5. Por se tratar de material de estruturação essencial para a atuação organizada e segura nas áreas impactadas, a contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, modalidade que permite o acionamento conforme a demanda e a urgência das situações enfrentadas pelos municípios afetados por desastres naturais.

4.6. Embora seja possível estabelecer uma estimativa de fornecimento com base em registros históricos, a ocorrência de desastres está diretamente relacionada a eventos naturais, o que impõe um grau de imprevisibilidade quanto à real necessidade de distribuição dos materiais, exigindo flexibilidade na gestão dos recursos.

Especificações Técnicas:

4.7. Lona Plástica: lisa, em polietileno de baixa densidade; na cor preta; medindo 6 metros de largura por 100 metros de comprimento (L x C); com, no mínimo, 150 micras de espessura; peso nominal de 80 kg (oitenta quilogramas), admitindo-se tolerância de até 5% (cinco por cento) para menos, em razão de variações inerentes ao processo produtivo, sendo admitido, ainda, o fornecimento de rolos com peso superior ao especificado, sem limitação máxima; em rolo; acondicionada em embalagem própria.

4.8. Qualidade dos materiais deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a durabilidade.

4.9. Os materiais adquiridos deverão ser compatíveis com as especificações técnicas contidas no termo de referência.

4.10. Os critérios de sustentabilidade devem ser respeitados conforme as normas técnicas de mercado que regulam sua fabricação.

4.11. O fornecimento será parcelado por acionamento da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração.

4.12. Deverá ser enviada amostra do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances, a fim de que seja realizada uma análise comparativa entre a amostra apresentada e as especificações exigidas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O Material pretendido é um rolo de lona plástica, com características comuns de mercado, e apresenta uma solução com ótimo custo benefício, para o fornecimento suplementar à municípios afetados por desastres, que utilizam em contenções de áreas de risco a deslizamento de terras, que acabaram por apresentar ocorrências de movimentação de massa, entregando medidas de mitigação para novos deslizamentos, além de possibilitar que pessoas que residam nestes locais possam permanecer em suas residências, mediante o monitoramento das áreas afetadas.

5.2. Existem algumas contratações similares por órgãos públicos, haja vista uma infinidade de materiais com as mais diversas características e composições técnicas. Entretanto, foi realizado um levantamento e não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a aquisição na forma descrita nesse estudo. Salienta-se ainda que esta é a forma atual adotada, atendendo perfeitamente as necessidades da administração.

5.3. A presente escolha é resultado de uma longa pesquisa de diversos modelos, que alcançou uma solução para o atendimento das necessidades específicas.

5.4. Na pesquisa de mercado, também foi possível observar, que existem diversas empresas que atendem as especificações, não havendo restrição na participação.

5.5. O Sistema de Registro de Preços está previsto na seção v, do artigo 82 ao 86 da Lei nº 14.133/2021. A adoção de instrumentos como a Ata de Registro de Preços (ARP) se torna uma opção viável e alinhada às exigências legais, proporcionando mais eficiência e transparência nos procedimentos licitatórios. A nova legislação de licitações visa modernizar e simplificar os procedimentos, garantindo maior celeridade e eficácia na contratação de bens e serviços pelos órgãos públicos. A utilização da ARP é uma medida que se coaduna com esse propósito, pois permite a aquisição de produtos de forma ágil, flexível e transparente, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. A ARP oferece a possibilidade de firmar contratos com fornecedores pré-selecionados por meio de uma única licitação, o que reduz os trâmites burocráticos e acelera o processo de aquisição de bens e serviços. Dessa forma, é possível responder de forma mais rápida e eficiente às demandas da administração pública, garantindo a continuidade e a

qualidade dos serviços prestados à população. A consolidação de contratos por meio da ARP permite obter melhores condições comerciais junto aos fornecedores, uma vez que a previsibilidade de demanda e a compra em maior volume tendem a resultar em preços mais competitivos. Assim, é possível alcançar economias significativas e otimizar a aplicação dos recursos públicos, garantindo maior eficiência na gestão financeira.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. Como descrito anteriormente o bem pretendido trata-se da aquisição de lona plástica, comuns no mercado, não restando medidas posteriores ao recebimento, como ações de assistência técnica, restar apenas o correto recebimento, atentando as especificações descritas no Termo de Referência.
- 6.2. As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. A quantidade solicitada para aquisição é de 600 rolos de lona plástica para o depósito do município de São Paulo. O parâmetro a ser utilizado é o registro histórico de atendimento aos municípios afetados por desastres nos últimos anos, porém é necessário prever uma quantidade suplementar, por lidarmos com a imprevisibilidade dos eventos climáticos e seus consequentes danos, conforme tabela abaixo:
- 7.2. Pela urgência do atendimento, não seria aceitável o Estado de São Paulo, em uma possível solicitação de apoio à pessoas que perderam suas residências e todos os seus pertences, não pudessem ser atendidas de imediato, com materiais de mitigação dos riscos.
- 7.3. E por se tratar de uma Ata de Registro de Preços, as requisições serão encaminhadas conforme a demanda do período e acontecimento de desastres no Estado.

Item	Especificação	Local de Entrega	CADMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	Lona Plástica Cota ampla	São Paulo	486598	unidade	543	R\$ 1.393,91	R\$ 756.893,13
2	Lona Plástica Cota reservada	São Paulo	486598	unidade	57	R\$ 1.393,91	R\$ 79.452,87

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 836.346,00

- 8.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 836.346,00 (oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais).
- 8.2. Para definição do valor estimado foi utilizado os seguintes critérios:
- 8.2.1. Decreto Lei nº 67.888/2023, artigo 3º, inciso III.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. O parcelamento da contratação não se aplica ao presente caso, tendo em vista a natureza padronizada do objeto, destinado a necessidade de garantir uniformidade dos materiais a serem distribuídos aos municípios do Estado.
- 9.2. A justificativa para a não adoção do parcelamento está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 40, inciso V, alínea b, e § 2º, que trata do princípio do parcelamento como medida aplicável quando tecnicamente viável e economicamente vantajosa, sem comprometer padrões de qualidade e eficiência.

9.3. No caso em comento, os rolos de lona são itens com especificações padronizadas, não havendo ganhos funcionais ou operacionais na sua fragmentação em lotes, de modo que o parcelamento poderia comprometer a uniformidade do material a ser fornecido, bem como dificultaria sua logística de distribuição e controle de estoques.

9.4. Do ponto de vista econômico, a contratação em lote único proporciona economia de escala, simplifica a gestão contratual e reduz custos operacionais e administrativos.

9.5. Ademais, a padronização do fornecimento e a necessidade de pronta resposta, especialmente diante de eventos recorrentes no período de chuvas que causam deslizamento de terra, os quais exigem planejamento logístico centralizado e previsibilidade de entrega. O parcelamento comprometeria essas condições. Por fim, a decisão por lote único resguarda os princípios da eficiência, da economicidade e da padronização, conforme dispõe o art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do Decreto nº 67.689 de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Estudo Técnico Preliminar.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição do material tem como principal objetivo, atender pessoas afetadas por desastres no Estado de São Paulo, e possui um caráter extremamente humanitário, pois provê itens básicos de mitigação a pessoas que residem em áreas de risco.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. As providências prévias antes da contratação são:

13.1.1. equipe técnica que será responsável pelo recebimento provisório e definitivo do objeto contratual;

13.1.2. fornecer diretrizes ou checklists com os critérios técnicos de verificação no momento do recebimento (ex: conformidade com as especificações do Termo de Referência, prazos, qualidade, integridade dos materiais, etc.);

13.1.3. Orientar sobre os procedimentos em caso de recusa do objeto, solicitação de substituição, registro de não conformidades e elaboração de termo de recebimento provisório ou definitivo;

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não vislumbro haver possibilidade de danos ambientais, por serem materiais comuns de mercado.

14.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

14.3. Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THAIS CIPOLLA

Cap PM - Divisão de Resposta



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 14:05:12.